

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Cronista Brasileiro*

Class.: 56

Data: 19 de julho de 1991

Pg.: _____

General denuncia cobiça sobre a Amazônia

O comandante militar da Amazônia, general Antenor de Santa Cruz, foi o principal personagem da reunião dos governadores da Amazônia, ontem, em Manaus. Ele atacou duramente os países industrializados que se posicionam contra a exploração da região. O general disse que existe uma "cobiça internacional" que procura caracterizar a incapacidade dos brasileiros em gerir seu próprio território.

"Mais uma vez a cobiça internacional está se manifestando. Agora, sem máscaras, através da defesa da ecologia, das minorias e do combate ao narcotráfico, querendo caracterizar nossa incapacidade de gerenciar a Amazônia. Vamos reagir", disse o general, um dia depois da reunião do grupo dos sete países industrializados. Foi o discurso mais aplaudido da reunião.

Santa Cruz contou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) uma vez perguntou a ele o que poderia ser feito pela Amazônia a curto prazo. O comandante militar da Amazônia disse que a resposta dada a Simon estava se tornando realidade no encontro de ontem.

Mestrinho identifica complô

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, respondeu ao discurso do general Antenor de Santa Cruz afirmando que há um complô internacional para impedir o desenvolvimento da Amazônia. "Se exploramos nossas riquezas, vamos prejudicar a concorrência internacional", argumentou Mestrinho.

"O garimpo de cassiterita de Ariquemes, em Rondônia, representou no ano passado, cinco por cento da produção mundial de cassiterita e despencou o preço do estanho de 12 dólares para 6,80 dólares a tonelada no mercado internacional. Isso fechou, só na Malásia, que é um dos grandes produtores do minério, 81 minas inglesas. Então, é preciso impedir que a Amazônia explore cassiterita. É preciso botar índios demais nas margens do rio Negro e do rio Madeira para que se retire ouro, senão a África do Sul fecha. Essa é a dolorosa rea-

"Disse a ele que teríamos que nos organizar e arregimentar simpatizantes para defender as nossas idéias, embora tivéssemos a desvantagem de que os nossos inimigos já estavam organizados há muitos anos", afirmou o general, referindo-se aos governos dos países ricos que pregam a preservação total da Amazônia.

Mesmo não fazendo referência ao Código da Amazônia — o documento preparado pelo governador do Amazonas — Santa Cruz felicitou Gilberto Mestrinho pelo gesto de arregimentar os governadores: "Através de um trabalho bem-feito, eles conseguiram criar um quadro de 'verdades' que não confere com a realidade conhecida pelos próprios brasileiros. Um exemplo é o falado maus-trato aos índios, que não acontece".

Todos os governadores presentes à reunião apoiaram as palavras do general, qualificando-o como o representante do Governo Federal na reunião. Para o general, o impacto da reunião é uma primeira reação dos governadores à política de ingerência internacional nos interesses da Amazônia.

lidade" — concluiu Mestrinho.

Aníbal Barcelos, governador do Amapá, disse que a "cobiça internacional" apontada pelo general Santa Cruz resulta de um estudo do Hudson Institute, órgão do Pentágono, que mostra existir 1,7 trilhão de dólares em reservas minerais enterradas na Amazônia.

Código — A principal decisão tomada pelos governadores da Amazônia Legal reunidos pelo governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, foi a de se reunir novamente em Macapá, daqui a um mês, para fazer o que não conseguiram no encontro que terminou ontem: aprovar o Código Amazônico. De Macapá, como avisaram os governadores, deverá sair um documento mais enxuto, adequado à realidade dos nove estados que formam a Amazônia e que respeite a Constituição Federal. Caso contrário não haverá chances de sair um acordo.

Governador sai vitorioso

Raquel Stenzel
Enviada Especial

Manus — O primeiro encontro dos governadores da Amazônia, que se encerrou ontem, foi um sucesso político para Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas. Ao lançar a idéia de criação de um Código Amazônico, um conjunto de normas que regulamenta o desenvolvimento econômico da região, ele conseguiu mobilizar um bom número de políticos, recebendo apoio de quase todos os governadores e gerando reações em todo o País. No entanto, o anteprojeto de lei apresentado por Mestrinho, que entre outros artigos propõe a autonomia dos estados da administração dos recursos naturais, orgânicos e inorgânicos, não foi aprovado.

Ficou estabelecido um prazo de 30 dias para que os governadores possam avaliar com mais profundidade o anteprojeto, que será discutido novamente em reunião no início de setembro, em Macapá (AP). Inicialmente, o governador do Amazonas queria a aprovação do Código já nesta primeira reunião, mais isso logo foi descartado, devido às várias críticas que o texto vem recebendo de inconstitucionalidade. Gilberto Mestrinho encerrou ontem a reunião com satisfação e esperando que o Código Amazônico seja aprovado antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), em junho do próximo ano.

Estiveram presentes na reunião, além de Gilberto Mestrinho, os governadores Edison Lobão, do Maranhão, Oswaldo Pianna Filho, de Rondônia, Aníbal Barcelos, do Amapá, Otomar de Souza Pinto, de Roraima, o vice-governador do Tocantins, Paulo Sidnei Antunes e representantes dos estados do Acre e Mato Grosso. O repre-

ARQUIVO



Mestrinho acusa a concorrência internacional

sentante do governo do Pará, Aloízio Silva, apesar de se encontrar em Manaus para o encontro de secretários de estados para Assuntos de Ciência e Tecnologia, não compareceu à reunião dos governadores — o que pode ser interpretado como um desacordo do governador Jader Barbalho à proposta de Mestrinho.

Todos presentes à reunião concordaram que é preciso fazer um movimento dos representantes da Amazônia para definir uma política de desenvolvimento para a região. A maneira como isso foi proposto pelo governo do Amazonas é que gerou discordância. Até Mestrinho reconheceu que poderiam haver artigos em seu projeto inconstitucionais. Mas a "espinha dorsal" estava definida.

A crítica mais feroz ao anteprojeto partiu do governador de Rondônia. Pianna Filho disse temer que, caso fosse aprovado o texto original, isso criaria uma

situação desordenada na região. O ponto de partida para um projeto de desenvolvimento da região, no entender de Pianna, é o zoneamento sócio-ecológico de todos os estados amazônicos, com o auxílio do Governo Federal. A autonomia absoluta e plena dos estados na administração dos recursos naturais, na visão do governador de Rondônia, é algo inaceitável. "Se for eleito um governador irresponsável, que deseja o desenvolvimento a qualquer preço, sem levar em consideração a questão ambiental, isso seria um desastre" argumentou Pianna, citando o exemplo de seu estado. Em dez anos, 25 por cento do território de Rondônia (25 milhões de hectares no total) foi desmatado, e isso poderia voltar a acontecer, acredita Pianna, caso fosse dada a autonomia estadual. Se o governador Gilberto Mestrinho desejava com o lançamento do Código Amazônico chamar a atenção para as autoridades da região, a reunião foi vitoriosa.

Reitor diz que universidade está doente

Rio — O reitor da Universidade de São Paulo, Roberto Leal Lobo e Silva, disse, ontem, na 43ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que "a pós-graduação precisa de retoques e a graduação está doente". Ele acha que a implantação da pós-graduação fez cair o nível de graduação.

O reitor defendeu maior integração entre os cursos, através da extinção dos departamentos e da criação de unidades multidisciplinares. Para ele, com essa medida o ensino será menos direcionado e mais eficaz. A falta de incentivo e os baixos salários na profissão também levam o estudante a se distanciar da universidade, considerou Roberto Leal. "A tendência é a superlotação das áreas que possibilitam melhor remuneração, aumenta o índice de alunos que abandonam os estudos, assim como a evasão de professores".

Empresários e marítimos não fazem acordo

Não houve acordo entre a Federação dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Pescadores e o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima durante a audiência de conciliação realizada ontem, no Tribunal Superior do Trabalho pelo ministro Guimarães Falcão.

Os trabalhadores, que têm data-base em primeiro de fevereiro, reivindicam 206 por cento de reposição para que os salários da categoria retornem aos níveis de janeiro de 1990. Em fevereiro deste ano a empresa concedeu um reajuste de 102 por cento de acordo com a legislação em vigor. Durante a fase de negociação os empresários chegaram a propor um índice de 120 por cento que representaria um percentual de 8,9 por cento acima do que prevê a legislação.